

## A CONSTITUIÇÃO TERRITORIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

### THE TERRITORIAL CONSTITUTION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF FRONTIER SOUTH - UFFS

#### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a constituição territorial para a implantação das instituições de ensino superior Universidade Federal da Fronteira Sul. Com esse processo tem-se o intuito também de traçar um breve histórico sobre as políticas educacionais que levaram a criação da UFFS e sua formação, particularmente as tratativas que levaram a sua configuração territorial no sul do Brasil. Para tanto, disserta-se sobre os movimentos e atores que convergiram para a estruturação da UFFS. O procedimento metodológico utilizado foi uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória a fim de aprofundar na compreensão do tema. Observou-se que em alguns momentos a definição de território se mostrou complexa e amplamente discutida, mesmo estabelecendo-se critérios para escolha. Neste contexto destaca-se também que o número de habitantes não foi fator determinante para se escolher as cidades sedes dessa instituição de ensino superior, mas sim o envolvimento dessas mesmas cidades com a sua região.

Palavras-chave: Território. Cidades sede. Configuração espacial. Ensino Superior.

#### Abstract

This article aims to analyze the territorial constitution for the implantation of higher education institutions the Federal University of Fronteira Sul. With this process, we also intend to trace a brief history of the educational policies that led to the creation of UFFS and its formation, particularly the negotiations that led to its territorial configuration in southern Brazil. To do so, it discusses the movements and actors that converged towards the structuring of UFFS. The methodological procedure used was a qualitative and exploratory research in order to deepen the understanding of the theme. It was observed that in some moments the definition of territory proved to be complex and widely discussed, even establishing criteria for choice. In this context, it is also highlighted that the number of inhabitants was not a determining factor in choosing the host cities of this institution of higher education, but rather the involvement of those same cities with their region.

Keywords: Territory. Host cities. Spatial configuration. University education.

## 1 INTRODUÇÃO

Antes dos anos 2000 a oferta de vagas no ensino superior era majoritariamente disponível em unidades particulares. Isso acabava por selecionar parte da população que ingressava nestas instituições. Conquanto, para parte da população que buscava o ensino público e gratuito a oferta era pouca e restrita a certas localidades, ocasionado na mudança de cidade, essencialmente os jovens estudantes, que almejavam cursar o ensino superior (COSTA, BARBOSA, COSTA, 2013).

No decorrer dos anos seguintes algumas políticas públicas voltadas à educação do ensino superior foram implementadas, baseadas na grande procura dos estudantes pela profissionalização. Os investimentos federais faziam parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

(REUNI), aprovado pela Lei nº 10.172, em 9 de janeiro de 2001. Dentro desse programa foram criadas 18 novas universidades, dentre elas a Universidade Federal da Fronteira Sul (BRASIL, 2009).

A UFFS é resultante deste período de investimentos e das estratégias de interiorização do ensino superior por parte do governo federal, que percebeu nos investimentos de educação um novo patamar de visibilidade para o país. Sua territorialidade ocorreu nos três estados do sul do Brasil, mais precisamente nas cidades de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo dentro do estado do Rio Grande do Sul, em Chapecó, no estado de Santa Catarina e em Laranjeiras do Sul e Realeza no estado do Paraná.

Tomando como parâmetro o debate sobre a constituição territorial para a implantação das UFFS, este trabalho busca, portanto, compreender a formação territorial e as definições que levaram a escolha de determinada territorialidade para a Universidade Federal da Fronteira Sul. A discussão dessa temática transpassa por uma breve análise histórica sobre a implementação das leis que envolvem os avanços nas políticas educacionais à época, discorrendo sobre os movimentos e atores que convergiram para a estruturação da UFFS. Não é intenção deste trabalho esgotar o assunto, mas sim, traçar um relato do cenário que permitiu a estruturação da UFFS.

## **2 METODOLOGIA**

Para este artigo foi estabelecido uma metodologia descritiva e exploratória como procedimento metodológico, utilizando-se de diferentes recursos bibliográficos, tais como: teses, artigos e documentos para abarcar a temática. Para pesquisadores da metodologia científica, a base descritiva possui sua fundamentação através do estudo bibliográfico, resultando em um compilado de informações (MINAYO, 2011; SERRA; GIL, 2002). Além das fontes bibliográficas, destacam-se na elaboração deste trabalho as fontes primárias, isto é, os relatórios para a implementação da UFFS. Para o presente trabalho, essas informações subsidiaram na compreensão da UFFS e a sua territorialidade.

## **3 O ENSINO SUPERIOR NO CENÁRIO NACIONAL**

Nos anos 2000 a política pública voltada à educação do ensino superior no Brasil passou por mudanças marcada pela troca do Governo Federal com seus diferentes projetos e visões políticas. O início desses anos foi marcado pela oferta de ensino superior do setor privado. A esfera pública direcionou os investimentos para a educação de base (COSTA, BARBOSA, COSTA, 2013). Entretanto, conforme aponta Carvalho (2011), as perspectivas educacionais indicavam que as vagas do setor privado sozinho não seriam suficientes para uma demanda de ensino superior em ascendência.

A crescente procura de vagas no ensino superior revelou a disparidade econômica entre a população, uma vez que um número significativo de vagas era disponibilizado pelas universidades particulares, entretanto, muitos estudantes não tinham condições de pagar. Frente a esse cenário, a partir de 2003 o governo federal também passou a investir na educação superior, com estratégias para expandir a rede de ensino público superior federal. Além disso, como suporte imediato, se investiu em vagas financiadas dentro das instituições privadas e maior concorrência nas vagas de ensino público federal (CARVALHO, 2011; COSTA, BARBOSA, COSTA, 2013). Ainda assim, as condições de ingresso no ensino

superior eram distintas. Com isso, a população de menor renda reivindica por instituições federais, bem como pela ampliação de financiamentos nas instituições privadas (COSTA, BARBOSA, COSTA, 2013).

Neste cenário havia diferenças na distribuição espacial das universidades dentro do território brasileiro. Essa distribuição geográfica das instituições de ensino foi descrita por Costa, Barbosa e Costa (2013) como inadequada, pois as regiões mais desenvolvidas apresentavam um número expressivo de instituições se comparadas a outras regiões do país.

Para Rorato (2016) os novos investimentos buscam favorecer a interiorização do ensino superior federal, que até esse momento não eram beneficiadas. Justaposto a isto, se ampliou o número de vagas nas unidades de ensino federal e políticas de inclusão.

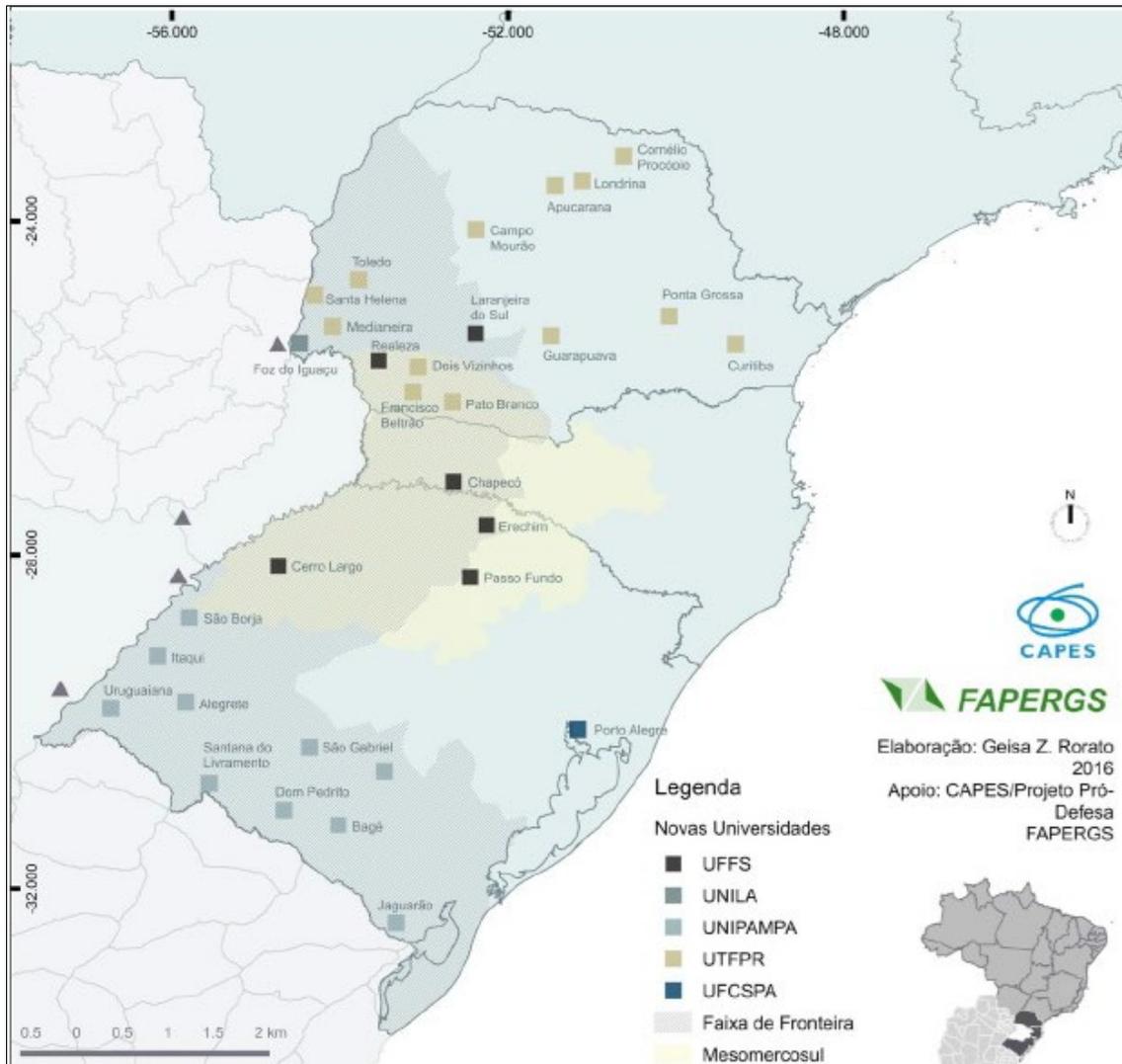
Em 2007 o decreto nº 6.096 descrevia o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007a; BRASIL, 2007b). O programa REUNI fazia parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado pela Lei nº 10.172, em 9 de janeiro de 2001, enfatizando os propósitos do governo em buscar o desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2009).

Para participar do programa de expansão, as universidades deveriam apresentar um plano de expansão ou estruturação com a criação de novos campi, novas universidades ou abertura de mais vagas de ingresso ao ensino superior federal, sempre voltados a implantação em regiões que até então não tinham investimentos em educação na esfera federal (BRASIL, 2009).

Com o plano de expansão do ensino superior foram criadas 18 novas universidades públicas federais. Dentre essas novas universidades criadas em todo território nacional, Rorato (2016) destaca que apenas seis delas realmente são universidades novas, de modo que as outras apenas se transformaram em outra unidade ou são fruto de desmembramentos de campi já consolidados. Assim a UFFS surgiu, em 2010, como forma de interiorizar o ensino, mas sobretudo partindo de demandas locais e regionais.

Nesse panorama, Rorato (2016) pondera que a região sul do Brasil foi a segunda região com o maior número de Universidades, cinco no total, ficando atrás somente da região Nordeste com seis novas universidades. Anterior a este plano de expansão, a região sul possuía seis universidades federais distribuídas entre a região litorânea e capitais, com exceção da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, no centro do estado do Rio Grande do Sul (Figura 01).

Figura 01: Panorama das novas universidades federais instaladas no Sul do Brasil. No mapa percebe-se um grande número de campi na demarcação da região de fronteira. Há ainda, a demarcação do Mesomercosul onde se encontra a UFFS justaposta a região de fronteira. Nota-se ainda um único campi em Santa Catarina, diferentemente do estado do Paraná que apresenta um maior número de campi.



Fonte: Rorato, 2016.

### 3.1 O ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Conforme aborda Machado (2009), os três estados do sul do Brasil ficaram por muitos anos distante dos investimentos públicos federais. No estado do Paraná o ensino apresenta universidades estaduais, estabelecidas em sua maioria na região norte e interior do estado, enquanto as universidades federais se situam na região sul do estado. Em Santa Catarina as universidades federais e estaduais estão localizadas na região litorânea. No Rio Grande do Sul as universidades federais situam-se na região litorânea e sul do estado (RORATO, 2016).

Porém, o estudo de Trevisol (2015) revela que na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, onde atualmente está implantada a UFFS, havia a oferta de ensino superior privado, essa oferta estava centrada na área das ciências sociais aplicadas, especialmente no noroeste do Rio Grande do Sul e na região oeste de Santa Catarina. No ano de 1967, no Rio Grande do Sul, deu-se início a Universidade de Passo Fundo (UPF) e em 1992 a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), abrangendo as cidades de Erechim, Cerro Largo, Frederico Westphalen, Santo Ângelo, Santiago e São Luiz Gonzaga. Mais tarde, em 1993, foi criada a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do

Estado do Rio Grande do Sul que posteriormente veio a se chamar Universidade de Ijuí <sup>1</sup> (TREVISOL, 2015).

Na região do oeste catarinense um modelo articulado na esfera municipal criou as Fundações Educacionais de Ensino Superior em 1968 (TREVISOL, 2015). No ano de 1990 estas instituições iniciaram um processo de transformação para se tornar universidade. No Paraná, em 1967, na cidade de Palmas, foi instalada a primeira instituição de ensino superior, posteriormente outra unidade surgiu em Pato Branco e Francisco Beltrão. No ano de 1909 é criado o campus do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), que em 2005 transforma-se em um campi da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (TREVISOL, 2015). Tanto Trevisol (2015), quanto Rorato (2016) constatarem que o ensino superior era majoritariamente privado na região sul, o que de fato dificultava o ingresso de parte da população que possuía condições financeiras mais baixas, sobretudo aquelas pessoas ligadas a agricultura familiar que fortemente predominam na região Sul do país. Rorato (2016) revela que este panorama acaba por fomentar reivindicações populares na pretensão de uma universidade federal nessa região.

### 3.2 MOVIMENTOS, ATORES E A CRIAÇÃO DA UFFS

Inicialmente, os três estados da região sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) tentavam numa dinâmica individual com o governo federal em prol do ensino público. Porém, esse movimento isolado não propiciou avanços.

Foi a partir de espaços voltados a mobilizações regionais, que integrava os três estados, que o primeiro contato se consolidou. Este fato ocorreu durante os encontros do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, no qual compreendia a integração dos três estados do sul do Brasil (RORATO, 2016). As mobilizações entre os movimentos socioterritoriais, principalmente a Via Campesina<sup>2</sup> e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul)<sup>3</sup>, reforçaram essa integração (RORATO, 2016).

A Mesorregião Grande Fronteira Mercosul é formada por 396 municípios, onde 223 deles pertencem ao do Rio Grande do Sul, 131 municípios pertencem a Santa Catarina e 42 municípios integram o estado do Paraná. A MESOMERCOSUL como é conhecida, se formou com a colonização de imigrantes italianos e alemães. Até a criação da Universidade Federal da Fronteira sul, a região vinha de uma trajetória de baixos investimentos públicos e pouco desenvolvimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2019b).

No ano de 2006, durante a sessão do Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul - MESOMERCOSUL, a pauta levantou os interesses comuns entre a região Nordeste do Rio Grande do Sul, Sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, indicando a importância para a criação de uma Universidade para a região Sul do Brasil (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015). Conforme

<sup>1</sup> Atualmente existem outras instituições além das supracitadas.

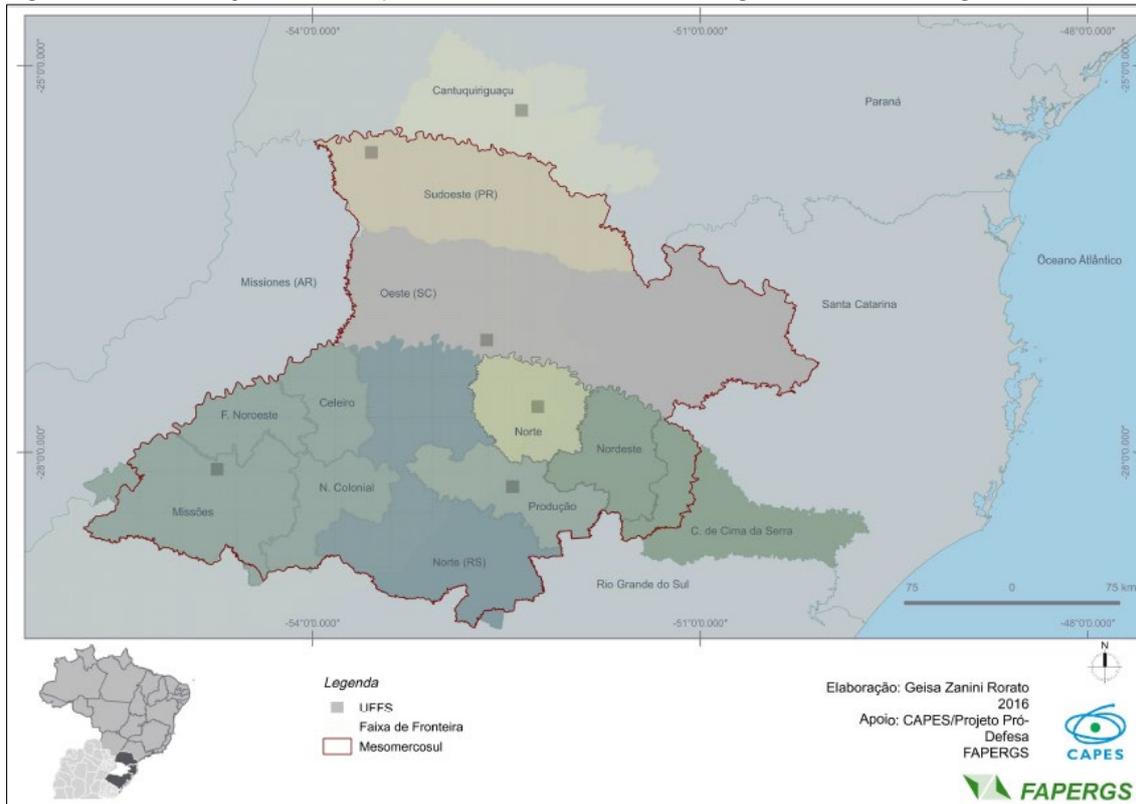
<sup>2</sup> Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização visa articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional (VIA VAMPESINA, 2019).

<sup>3</sup> A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de toda a Região Sul. Com sindicatos regionais fortes, a Fetraf-Sul/CUT abrange mais de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares (FETRAF-SUL, 2019).

relata Ingrassia Pereira (2014), essa mobilização conjunta dos atores da sociedade civil e organizada foi fundamental para a criação da UFFS.

Durante esta formação, a territorialidade oficial delineada pela mesorregião serviu apenas de base para o movimento. Conforme aponta Rorato (2016), outras regiões compartilharam da intenção, como o território do Cantuquiriguaçu do Paraná, formado por 20 municípios e a microrregião de Vacaria, no Rio Grande do Sul, composta por 14 municípios (Figura 02). Torna-se pertinente considerar o entorno dessas regiões para se compreender a importância dessas articulações<sup>4</sup>.

Figura 02: Localização dos campi da UFFS e a área de abrangência da mesorregião e entorno.



Fonte: Rorato, 2016.

Mesmo com um movimento único, os diversos componentes começaram a conflitar diante da questão territorial de localização dos campi. Para amenizar esse conflito o movimento aderiu a estratégia de não definir as localidades antes da concretização oficial dela. Tal atitude possibilitou unir forças na busca de um ensino superior público federal (RORATO, 2016).

<sup>4</sup> A inclusão de demais regiões localizadas ao entorno da mesorregião aconteceu após muito debate, com contradições e interlocutores favoráveis (2016).

Rorato (2016) identificou alguns dos atores importantes na criação da UFFS que promoveram articulações e definições na escolha das cidades, destacam-se eles: os atores governamentais, os atores técnicos, os atores religiosos, os novos atores territoriais, os atores políticos, os atores socioterritoriais e socioespaciais e as organizações não governamentais (ONGs) (Tabela 1).

Tabela 01: Atores e suas influências na busca pelo ensino superior público.

Atores	Participantes	Ações
Governamentais Nível Federal	Ministérios da Educação, do Planejamento e Gestão e da Integração Nacional e a atuação da Associação dos Municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.	Deliberações e leis na criação da UFFS.
Governamentais Nível Estadual	Não houve.	Não Houve
Técnicos	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).	Apoio técnico para a normatização e concepção
Religiosos	Igreja católica e luterana	Agentes mediadores em relação aos diferentes grupos sociais que posteriormente vieram a ter papel importante nas reivindicações pela universidade federal.
Territoriais	Partidos políticos, a mídia e a população participativa dos movimentos organizados.	Divulgação das ações durante o processo de criação ampliando a visibilidade.
Políticos	Senadores, deputados federais, estaduais, vereadores e prefeitos	Comunicação com o Governo Federal. O alinhamento político entre as esferas também foi significativo para a concretização da universidade.
Socioterritoriais	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, a Fetrat-Sul, a Pastoral da Terra, Mulheres Camponesas, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.	Forte participação e união entre os diversos movimentos, chegando a fazer parte da comissão do Movimento Pró-Universidade, contrariando as premissas de que geralmente os movimentos sociais não participam de processos decisórios.
Socioespaciais	União dos estudantes, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS-Sindicado) e as universidades comunitárias principalmente do estado Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.	Atuação participativa nos atos públicos pela Universidade.
Organizações não governamentais	Assesoar	Atuação participativa nos atos públicos pela Universidade.

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Rorato (2016).

Nota-se que este conjunto de atores foram fundamentais para fomentar as mobilizações na criação da Universidade, mesmo perante a escala de poderes tão diferentes. A população, diretamente ligada aos movimentos socioterritoriais, envolvia um número significativos de pessoas. Por outro lado, um deputado, por exemplo, entre os atores políticos, mesmo sendo uma única pessoa tinha uma escala de poder mais próxima do Governo Federal.

Para Costa, Barbosa e Costa (2013) esse conjunto de atores mobilizou-se na criação da UFFS pautados por três grandes questões motivadoras. A primeira foi a litoralização da população, principalmente entre os jovens que buscavam dar continuidade ao ensino superior e necessitavam sair do município que não dispunham de oportunidades. Mesmo depois de formados, muitos acabavam por não voltar ao município, visto que a perspectiva de emprego era reduzida. A segunda discorria para uma temática sobre o meio ambiente, assunto presente e discutido entre os atores. A terceira questão tencionava a buscar uma relação profissionalizante com a agricultura familiar, de modo a permitir que esses estudantes pudessem depois de formados trabalhar na propriedade rural ou na região.

Em busca de ampliar a visibilidade junto ao Governo Federal, em agosto de 2007 o “Ato pela Universidade”, contou com a participação da comunidade e representantes locais em mais de 15 cidades, todas da região Sul do Brasil, a favor da UFFS (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015). Ao todo, um número de aproximadamente 15 mil pessoas envolvidas, expressavam a abrangência e força do movimento atuante entre os três estados. Tal conjuntura permitiu que o Governo olhasse para as reivindicações com maior cautela, e posteriormente reconheceu a legitimidade dos atos públicos propostos (RORATO, 2016).

Entretanto, existiam forças contrárias, principalmente as de algumas universidades particulares. Para tanto, para amenizar os conflitos, a estratégia foi buscar articulações de parceria, como por exemplo, abordar cursos ainda não ofertados pelas instituições particulares, assim não haveria uma concorrência direta. Outro importante apontamento foi a possibilidade de desenvolvimento da região (RORATO, 2016).

A partir de todo esse esforço, em outubro de 2007 o MEC deliberou na criação da Universidade. Mas foi somente em 15 de setembro de 2009, por meio da Lei Nº 12.029, que de fato se constituiu a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, criada para atender aproximadamente 400 municípios da Mesomercosul, voltada ao ensino público, gratuito e de qualidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2019a).

O tempo entre deliberação e criação da lei possibilitou que processos burocráticos fossem sendo respondidos e a universidade fosse ganhando corpo. Todo esse processo foi acompanhado pelo Movimento Pró-Universidade, e viabilizou que em março de 2010, pouco tempo depois da criação da lei, as atividades acadêmicas pudessem efetivamente acontecer (RORATO, 2016).

### 3.3 A TERRITORIALIDADE DA UFFS E SUAS DIFICULDADES

Para manter a unificação do movimento, inicialmente não se discutia sobre os locais de implantação da universidade. Ao final do ano de 2007, quando foi implantada a Comissão de Projeto (composta por 11 integrantes do movimento Pró-Universidade e mais 11 integrantes do MEC), instituída pelo MEC pela Portaria 948/2007 na data de 22 de novembro de 2007, é que começam as primeiras definições para a escolha das cidades. As reuniões para se definir as cidades que passariam a ter um campus da UFFS aconteceram entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008, quando ficaram definidas a territorialidade da UFFS (RORATO, 2016).

A escolha da territorialidade, da estrutura física da UFFS, se apresentou conflitante em diversos momentos e abarcou atividades dos atores nas três escalas estaduais. Os locais deveriam ser indicados pelo movimento Pró-Universidade e posteriormente deferidas pela Comissão de Projeto (RORATO, 2016).

Em dezembro de 2007 ocorreu a definição onde se localizaria a sede da Reitoria, estabelecida então no estado de Santa Catarina e justificada pela existência de apenas uma universidade federal naquele estado. Nesse momento também foram estabelecidas as diretrizes norteadoras para a escolha das cidades (RORATO, 2016), posteriormente apresentados na Carta de Florianópolis, sendo elas:

Regiões com forte presença da agricultura familiar e camponesa, elemento caracterizador, estruturador e dinamizador do desenvolvimento da Mesorregião.

Regiões com forte presença de Organizações e Movimentos Sociais Populares e do Movimento Pró-Universidade Federal.

Regiões com maior número de alunos no Ensino Médio.

Regiões com IDH mais baixo.

Regiões mais distantes das atuais Universidades Federais da Região

Regiões mais carentes de instrumentos públicos federais, especialmente na área da educação.

Regiões que representem centralidade no contexto geográfico da Mesorregião e que contenham certa infraestrutura de transporte, comunicação, educação básica, serviços públicos, hotéis.

Distribuição dos campi entre os estados, considerando o número de municípios e população da Mesorregião e seu entorno.

Municípios: 396 (RS 223; SC 131; PR 40).

Área: 120.762 km<sup>2</sup> (RS 69,6; SC 34,1; PR 17,1).

População: 3,8 milhões (RS 2.039.312; SC 1.232.635; PR 557.043)

(COMISSÃO DE PROJETO, 2007, p.07).

Com o grande número de cidades envolvidas, ainda durante a reunião, se definiu que a Universidade teria um total de 11 campi instalados em etapas. Na primeira etapa estavam previstos dois campi no Rio Grande do Sul, um campus em Santa Catarina e mais um no Paraná (RORATO, 2016).

No Paraná, em meados de 2008, diante de muitos conflitos ainda não se tinha um consenso sobre a localização dos campi, solicitando ao MEC que fizesse a indicação. Em resposta, o MEC afirmou que a responsabilidade era da comissão de projeto. Assim, a cidade de Laranjeira do Sul foi escolhida. A notícia não foi bem aceita, de modo que o movimento do sudoeste do Paraná iniciou uma conversação direta com o Governo Federal, e o movimento Pró-Universidade perdeu credibilidade na escala mesoregional, ocasionando alguns conflitos internos. Para a comissão do sudoeste do Paraná, a cidade de Laranjeiras do Sul não pertencia a mesorregião e como sugestão indicaram as cidades de Realeza ou Santo Antônio do Sudoeste. O que aconteceu foi que a cidade de Laranjeiras do Sul não foi removida, uma vez que já se considerou que a mesorregião vinha numa dinâmica de expansão para além das suas fronteiras, e como justifica Rorato (2016) Laranjeiras do Sul tinha uma “forte presença do MST e da Via Campesina, além de outros fatores como estagnação econômica e baixos indicadores sociais(...)”. Por fim, esse movimento da comissão do sudoeste do Paraná resultou na ampliação de mais um campus para o estado do Paraná, definido na cidade de Realeza (RORATO, 2016).

No Rio Grande do Sul a união de forças entre Fretaf-Sul e Via Campesina em prol de Erechim permitiram uma escolha sem delongas. Já para a segunda localidade de implantação a disputa envolveu as cidades de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões e Cerro Largo. Esta escolha aconteceu, pois, as cidades haviam sido atendidas por um projeto de lei (215/2007), além de ter um Comitê Municipal ativo. A escolha definida por votação envolveu as cidades da região, sendo que Cerro Largo foi a cidade escolhida com 57 votos (RORATO, 2016).

Santo Ângelo não aceitou a escolha alegando uma posição privilegiada de Cerro Largo com cidades vizinhas as quais estavam na votação<sup>5</sup>. Tanto Santo Ângelo quanto São Luiz Gonzaga não possuem um número grande de municípios vizinhos se comparadas a Cerro Largo. Ainda assim, a comissão de projeto manteve a decisão para cidade de Cerro Largo. Em 2013, num processo de aplicação da segunda etapa, cria-se o Campus Passo Fundo diferenciando-se de alguns aspectos dos demais campus por ser destinado a área da saúde apenas (RORATO, 2016). Conforme aponta Rorato (2016), as definições nem sempre se articulavam de modo coerente com o propósito da Universidade. Dois exemplos demonstram isso: o primeiro a escolha por Realeza no Paraná com aproximadamente 16.338 mil habitantes<sup>6</sup> e segundo a escolha de Cerro Largo no Rio Grande do Sul, com aproximadamente 13.289 habitantes<sup>7</sup>. Ambas as cidades são municípios de pequeno porte apresentando pouca infraestrutura para atender a demanda crescente de estudantes, professores e servidores que iriam chegar com a instalação da universidade. De fato, essas cidades causaram um certo estranhamento por parte do Governo Federal, justamente pelo motivo da baixa infraestrutura, principalmente do setor imobiliário. Em Cerro Largo, Rorato (2016) destaca, a maioria dos professores reside em cidades vizinhas. Para Rorato (2016) os aspectos políticos alinhados com os aspectos técnicos formam impulsionadores para as escolhas territoriais. Dentre os aspectos políticos, notou-se um destaque para as cidades que melhor se articulavam com a região. Cabe lembrar que mesmo assim, estas cidades propuseram estudos e justificativas fortemente fundamentadas. Rorato (2016) complementa que os municípios apresentavam características distintas, principalmente em número populacional, não sendo uma cidade de grande porte um requisito para a escolha (Tabela 2).

Tabela 02: Índices populacionais, previsão populacional para 2019 e municípios do entorno que seriam beneficiados com a criação da UFFS.

<b>Campus</b>	<b>População censo em 2010</b>	<b>População estimada em 2019</b>	<b>Principais Municípios Próximos</b>
<b>Cerro Largo – RS</b>	13.289 pessoas	14.133 pessoas	Campina das Missões, Salvador das Missões, Rolador, Ubiretama, São Luiz Gonzaga, Cândido Godói.
<b>Chapecó – SC</b>	183.530 pessoas	220.367 pessoas	Cordilheira Alta, Xaxim, Xanxerê, Coronel Freitas, Guatambu, Arvoredo e Seara.
<b>Erechim – RS</b>	96.087 pessoas	105.862 pessoas	Aratiba, Três Arroios, Getúlio Vargas, Erebango, Gaurama, Áurea, Paulo Bento, Barão de Cotegipe, Jacutinga e Campinas do Sul.
<b>Laranjeiras do Sul – PR</b>	30.777 pessoas	32.073 pessoas	Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguacu, Nova Laranjeiras, Virmond e Marquinho.
<b>Passo Fundo – RS</b>	184.826 pessoas	203.275 pessoas	Mato Castelhana, Marau, Coxilha, Pontão, Carazinho, Vila Maria, Tio Hugo.
<b>Realeza – PR</b>	16.338 pessoas	16.922 pessoas	Santa Izabel do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Planalto, Bela vista da Caroba, Dois Vizinhos.

<sup>5</sup> Um dos critérios definia um voto por município, independentemente de seu tamanho.

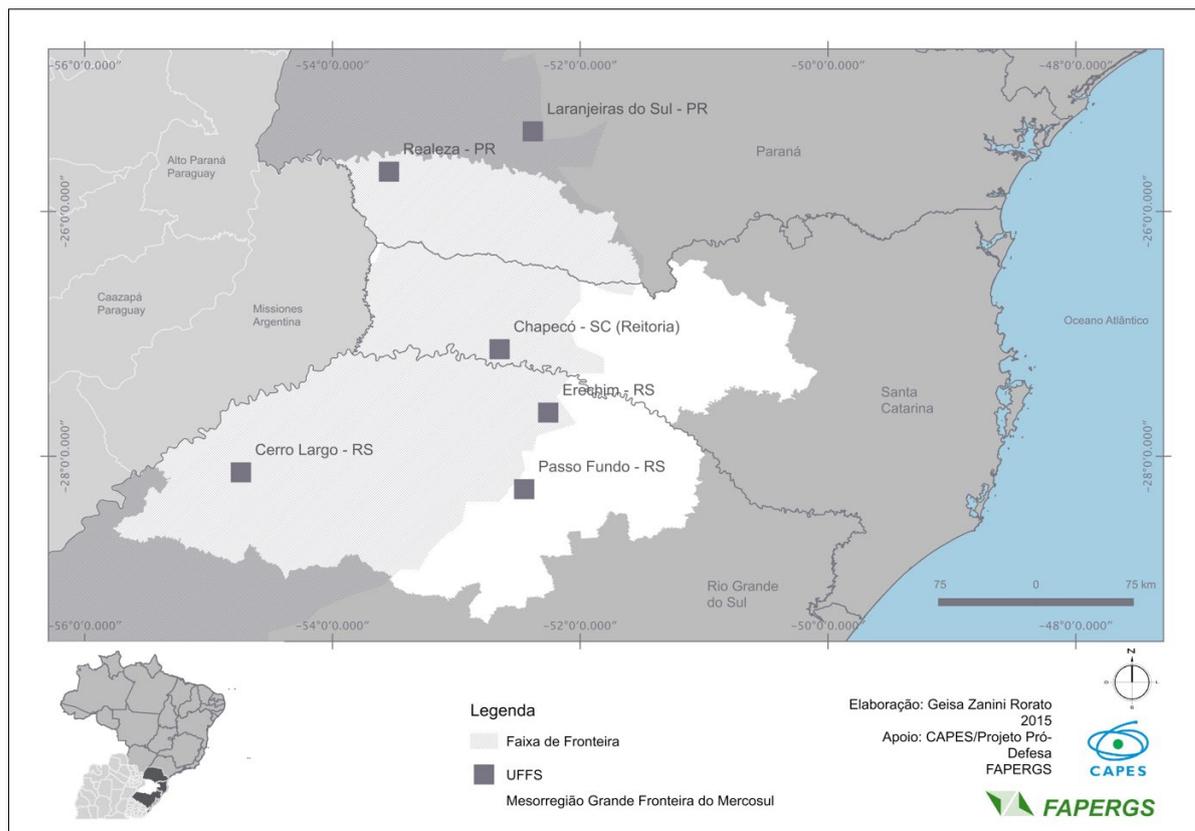
<sup>6</sup> Segundo censo de IBGE de 2010.

<sup>7</sup> Segundo censo de IBGE de 2010.

Fonte: Autores, com base de dados do IBGE, Cidades e Prefeituras Municipais (Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul, Passo Fundo e Realeza).

Assim, atualmente a UFFS se consolida com uma estrutura multicampi abarcando os três estados da região Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul a Universidade se fez presente nas cidades de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo. No estado de Santa Catarina, na cidade de Chapecó, também escolhida como sede da reitoria. No Paraná, as cidades de atuação da UFFS foram Laranjeiras do Sul e Realeza (Figura 03) (RORATO, 2016; UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, 2015).

Figura 03: Espacialização dos campi da UFFS.



Fonte: Rorato, 2016.

## 4 CONCLUSÕES

A chegada de uma unidade de ensino superior federal de fato era muito desejada pelas regiões mais interioranas nos três estados do Sul do Brasil. Além do investimento na formação de profissionais, a permanência da população, em sua maioria jovem, fatores de inclusão e a busca pela universidade favoreceram a um crescimento econômico para além do âmbito puramente acadêmico. A universidade é um chamariz, principalmente de acadêmicos que buscam o ensino superior público deslocando-se de diferentes partes do país. Assim, o setor imobiliário se aquece com a busca por moradias, além do setor alimentício e comércio varejista.

Com isso, e por isso, que as definições territoriais em alguns casos foram complexas. Mesmo com critérios previamente pensados para direcionar as escolhas, em alguns casos notou-se que o envolvimento de atores de diferentes escalas direcionava para uma outra localidade. Acredita-se que de fato havia um jogo de

poder, sobretudo entre os atores técnicos e políticos que acabavam por interferir nas escolhas das cidades, onde nem sempre as regiões eram as mais carentes. Como no caso de Cerro Largo, mesmo com a inexpressiva infraestrutura imobiliária muitos estudantes e funcionários da UFFS passaram a residirem nos municípios vizinhos, resultando em um progresso não diretamente associado a cidade, mas sim a região. Por fim, notou-se que a conformação territorial considerou a diversidade e raio de influência entre os municípios, independente do seu porte populacional. Isso demonstra que a proximidade da cidade em relação as outras foi um fator que motivou nas escolhas das cidades, de modo que elas contribuíssem com o desenvolvimento da região.

### **Agradecimentos**

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para execução deste trabalho.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Casa Civil**. Brasília, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: 2007b.

BRASIL. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. **Ministério da Educação**. Brasília, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 03 out. 2019.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** 456 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2011.

COMISSÃO DE PROJETO. Carta de Florianópolis. Florianópolis, 2007.

COSTA, D. de M.; BARBOSA, F. V.; COSTA, A. M. A importância da Universidade Federal da Fronteira Sul como propulsora do desenvolvimento na região oeste do Sul do País. **Qualit@as Revista Eletrônica**, v.14, n. 1 (2013).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo Atlas, 2002.

IBGE, **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 de maio 2019.

INGRASSIA PEREIRA, Thiago. Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho. 281f. **Tese** (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2014.

MACHADO, Ana Maria Netto. Universidades comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. IN: SCHIMIDT, João Pedro (org.). **Instituições comunitárias** [CD-Rom]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RORATO, G. Z. Expansão do Ensino Superior Federal, Atores Territoriais e Emergências de novas escalas de poder e gestão: A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2016.257 f. **Tese** (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2016

SERRA, G. G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: Edusp: Mandarim, 2006.

TREVISOL, Joviles. O ensino superior público na Mesorregião Fronteira Sul: a implantação da UFFS. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. História. Disponível em: [https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/apresentacao](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao). Acesso em 06 jun. 2019a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul 2019-2023**. Chapecó: UFFS, 2019b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de gestão pro tempore: 2009 – 2015**. Chapecó: UFFS, 2015.